



TRANSCRIÇÃO E ENUNCIACÃO

TRANSCRIPTION AND UTTERANCE

Valdir Nascimento Flores¹
Jefferson Lopes Cardoso²

Resumo: Este trabalho desenvolve uma proposta enunciativa, com base em Émile Benveniste, de abordagem da transcrição de dados. Utiliza-se, como recurso heurístico, a distinção entre *dizer* e *mostrar* feita por Wittgenstein. A transcrição é vista como um processo que acumula um duplo funcionamento: em primeiro lugar, ela é do campo do *mostrado* porque comporta uma instância de *ciframento* e uma instância de *deciframento*; em segundo lugar, é do campo do *dizer* porque comporta uma instância de *escuta* do locutor. A transcrição é, nesse caso, um *dizer* de uma dada escuta. Assim, conclui-se que, do ponto de vista enunciativo, transcrever é simultaneamente da ordem do *dizer* e do *mostrar*.

Palavras-chave: transcrição, enunciação, fala.

Abstract: This study develops an utterance-based proposal for addressing data transcription based on the work of Émile Benvenistek. The distinction between *saying* and *showing*, drawn by Wittgenstein, is used as a heuristic resource. Transcription is regarded as a process that fulfills a dual function. First, it relates to *showing* because it comprises an instance of *encoding* and an instance of *decoding*; second, it relates to *saying* because it involves an instance of *listening* by the speaker. In this case, transcription is a *saying* of a given listening. Thus, we conclude that, from an utterance-level standpoint, transcribing simultaneously concerns *saying* and *showing*.

Keywords: transcription, enunciation, speech.

INTRODUÇÃO

É fato comum que a Linguística, em suas diferentes versões, quando trabalha com *corpus* de natureza falada, utiliza recursos de transcrição, normalmente entendidos como formas de representação gráfica, mesmo que parcial, dos sons da língua. Esse entendimento comum acerca da transcrição, no campo da Linguística, pode ser ilustrado pela definição do termo em um prestigiado dicionário especializado, o *Dicionário de linguística* de Jean Dubois *et al.* (1998, p. 595, itálicos do autor, grifos nossos):

Transcrever é fazer compreender termo a termo as unidades discretas da língua falada e as unidades gráficas; a transcrição fonética faz também corresponder aos fonemas da língua os símbolos únicos tomados ao alfabeto fonético internacional. A *transcrição (seja qual for o alfabeto escolhido)* deve ser nitidamente distinta da *escrita*. A transcrição tende a conservar sob

¹ Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. valdirnf@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2676-3834>

² Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

jeffcardoso@hotmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7297-2480>

a forma gráfica aquilo que foi dito, sem nada acrescentar, sem nada suprimir. Ao contrário, a escrita existe enquanto sistema relativamente autônomo.

Consideramos, *grosso modo*, essa definição como um ponto de partida deste nosso estudo em função de dois aspectos nela contidos: de um lado, há a ideia geral da transcrição como passagem de um sistema para outro (a ilustração por excelência, presente na definição, é a *transcrição fonética* em que há a passagem da *fala* para a *escrita*); de outro lado, há ampla aplicação do termo, ao ser afirmado, entre parênteses, “seja qual for o alfabeto”, o que leva a concluir que se pode transcrever com múltiplos recursos ou, ainda, múltiplos *alfabetos*.

Além dessas observações que fazemos a partir de Dubois *et al.* (1998), há duas outras que encontramos em Paiva (2003). Para a autora, “a qualquer transcrição de dados linguísticos subjaz, mesmo que não explicitada, uma teoria que norteia muitas das decisões a serem tomadas durante o processo” (PAIVA, 2003, p. 135). Ao que acrescenta: “podemos afirmar que a transcrição pressupõe uma pré-análise dos dados, na medida em que nosso posicionamento teórico preestabelece, muitas vezes, a própria unidade de análise a ser considerada (a sentença, a unidade entonacional, o turno conversacional)”³ (PAIVA, 2003, p. 135). Em outras palavras, para Paiva, a transcrição decorre de um ponto de vista teórico, o que faz dela uma etapa da análise dos dados.

Com base na interpretação que fazemos dos autores acima, gostaríamos de propor, de início, uma perspectiva própria de entendimento da transcrição. Nossa proposta caminha em duas direções.

Em primeiro lugar, reconhecemos que transcrever implica necessariamente fazer com que um sistema apareça em outro sistema, como sugere a definição de Dubois *et al.* (1998); no entanto, em nosso entendimento, isso não precisa estar limitado à passagem da fala à escrita. Nesse sentido, acreditamos que, por um lado, é possível transcrever utilizando múltiplos recursos, sem que tais recursos sejam, obrigatoriamente, alfabéticos, assim como, por outro lado, é possível transcrever diferentes materialidades entre si que não sejam necessariamente fala e escrita. Isso será mais bem explicado a seguir.

Em segundo lugar, estamos de acordo com Paiva (2003) em considerar que os sistemas de transcrição são, em sua maioria, variados e constituídos por símbolos que, em tese, representam o quadro teórico no qual a pesquisa está inserida. Nesse sentido, reconhecemos que há diferentes sistemas que atendem a necessidades específicas (fonéticas, fonológicas, sintáticas, conversacionais, variacionais etc.) e a diferentes expectativas a respeito do que deve ser preservado – ou não – na passagem ao transcrito⁴. Logo, haveria tantos sistemas de transcrição quantos fossem os objetivos de análise e os arcabouços teóricos utilizados. Dessa perspectiva, transcrever seria, também, uma etapa da análise dos dados.

A partir do exposto, consideramos então que, na sua essência, transcrever é fazer a passagem de (qualquer) um sistema significativo para (qualquer) outro sistema significativo com o objetivo da análise. Essa é a formulação que deverá nortear tudo o que apresentamos a seguir.

A partir desse entendimento da transcrição, gostaríamos de estudá-la no interior de um quadro teórico no qual o tema tem sido pouco tratado: o da Linguística da Enunciação (cf. FLORES; TEIXEIRA, 2005). Nessa direção, objetivamos, neste texto, a partir do referencial teórico da Linguística da Enunciação, em especial da visão

³ A autora também afirma que “qualquer sistema de transcrição só pode ser definido em função dos seus objetivos e das suas finalidades” (PAIVA, 1993, p. 137).

⁴ Em Paiva (2003), são discutidos os sistemas utilizados no projeto NURC (Norma urbana culta), na Amostra Censo-1980 e no BDI (Banco de dados Internacionais), entre outros.

enunciativa de Émile Benveniste (1988; 1989), desenvolvida em *Problemas de Linguística geral I e II* (PLG I e PLG II⁵), delinear um estudo enunciativo da transcrição.

Esse objetivo se liga a questionamentos da seguinte natureza: o que significa *transcrever* no quadro teórico enunciativo? As teorias da enunciação devem priorizar a utilização de algum sistema específico de transcrição? Como se transcreve a enunciação?

Para respondê-los, fazemos o seguinte percurso: inicialmente, servimo-nos da distinção entre *dizer* e *mostrar*, estabelecida pelo filósofo Ludwig Wittgenstein, como uma forma de descrever a complexidade da atividade de transcrever (cf. item 1); em seguida, definimos a perspectiva enunciativa aqui mobilizada (cf. item 2); na terceira parte do trabalho (cf. item 3), apresentamos nossa proposta para, finalmente, formular algumas respostas aos questionamentos acima (cf. item 4).

1. A DISTINÇÃO *DIZER/MOSTRAR* COMO METÁFORA TEÓRICA

Para dar consistência, no âmbito da enunciação, ao que consideramos, acima, como sendo a transcrição, quer *dizer*, a passagem de (qualquer) um sistema significante para (qualquer) outro sistema significante com o objetivo da análise, recorreremos, aqui, à distinção entre *dizer* e *mostrar* estabelecida pelo filósofo Ludwig Wittgenstein em seu livro *Tractatus Logico-Philosophicus*, de 1921.

Evidentemente, não se trata de trabalhar com toda a complexidade da filosofia de Wittgenstein e o que ela implica, por exemplo, para uma teoria da linguagem, o que seria uma tarefa que imporia exigências para além daquelas aqui consideradas. O recurso à distinção feita pelo filósofo entre *dizer* e *mostrar* cumpre, aqui, apenas o papel de uma metáfora teórica, uma vez que pensamos poder localizar, com a ajuda dessas noções de Wittgenstein, a especificidade da transcrição em enunciação.

A antinomia entre o *dizer* e o *mostrar* conheceu notoriedade desde a sua formulação. Segundo o filósofo, há, em matéria de linguagem, o que se *diz* e há o que não se consegue *dizer* e que deve, portanto, apenas ser *mostrado*.

Na perspectiva de Wittgenstein, a lógica que é condição de possibilidade da existência da linguagem não pode, ela mesma, ser *dita*; ela pode ser apenas *mostrada*. Assim, as regras de uma proposição, por exemplo, não podem ser *ditas*, pois, quando as dizemos, não são mais regras, são *dizeres*; essas regras, então, podem apenas ser *mostradas*.

Quer *dizer*, “a linguagem fala por si mesma e tudo o que *nós* podemos fazer é mostrar como *ela* o faz. [...]. Não é contraditório *dizer* que a linguagem é em si mesma lógica, que não se pode sair dela, que ela *mostra* a sua estrutura ao *dizer* o que *diz*” (MEYER, 1982, p. 69). Em outras palavras, a linguagem pode oferecer dois modos de presença de um objeto – ela pode *mostrá-lo* ou *dizê-lo*: *mostrar* é fazer aparecer; *dizer* é dar uma imagem do objeto. Em resumo: o que torna possível um *dizer* não pode ser dito, mas *mostrado*.

A transcrição, acreditamos, teria, assim, um *status* singular nessa distinção, se vista do ponto de vista enunciativo: ela acumularia o *dizer* e o *mostrar*. Há, de um lado, em uma transcrição, algo da ordem do *mostrar*, na medida em que ela dá a ver algo que não é ela (a fala que é transcrita, por exemplo); a transcrição, nesse caso, *mostra* uma fala, um *dizer*, mas não é, em si, uma fala, um *dizer*. Há, de outro lado, na transcrição, um *dizer*, na medida em que a transcrição se liga a objetivos específicos da análise; nesse caso, ela contém um *dizer*.

⁵ As referências aos livros serão feitas, aqui, conforme a edição brasileira (cf. Referências) e de acordo com o seguinte sistema: sigla e indicação do volume, seguida de indicação da página.

É nesse sentido que vemos que a transcrição acumula, na enunciação, o *mostrar* e o *dizer*. Para falar sobre isso com maior propriedade é necessário, antes, explicar algo acerca da enunciação. Passemos a isso.

2. SOBRE A ENUNCIÇÃO

Neste item, seremos breve. Nossa intenção é apenas definir, em linhas gerais, a noção de enunciação aqui mobilizada, assim como os aspectos que estão nela envolvidos. Nossa perspectiva segue de perto a reflexão de Émile Benveniste, embora não possa *pari passu* a ele ser atribuída.

Tomando por base o conjunto dos textos de Émile Benveniste que serve de referência para os estudos enunciativos, pode-se ver que não há um conceito de enunciação que seja único para o linguista, nem há um conceito que esteja presente em todos os seus textos. Talvez, em se tratando de Benveniste, o mais correto seria falar em “aspectos da enunciação”.

Isso é autorizado pelo próprio autor, quando, em “O aparelho formal da enunciação”, diz: “este grande processo [a enunciação] pode ser estudado sob diversos aspectos” (PLG II, p. 82). O que se conclui disso é que a enunciação pode ser abordada por diferentes ângulos. Benveniste até explicita alguns desses ângulos – o aspecto vocal da enunciação⁶, o aspecto da semantização⁷ e o aspecto do quadro formal de realização da enunciação⁸ –, mas há outros que são apenas listados pelo linguista⁹.

Nesse sentido, o *grande processo* a que se refere Benveniste, ou seja, a enunciação, é definido como “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (PLG II, p. 82).

Ora, lendo com alguma atenção os textos de Benveniste, é possível deduzir alguns aspectos gerais da enunciação que a caracterizam como *grande processo*. Vejamos alguns:

- a) A enunciação é simultaneamente um ato e um processo (cf. supra, PLG II, p. 82);
- b) A enunciação é irrepitível¹⁰;
- c) A enunciação, além de ser cada vez única, é atualizada pelo locutor em uma dada instância de discurso, em uma dada situação espaço-temporal;
- d) A enunciação é sempre um diálogo¹¹.

⁶“O mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua” (PLG II, p. 82).

⁷“O mecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema. A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso [...] É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância” (PLG II, p. 83).

⁸“Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização. É o objeto próprio destas páginas” (PLG II, p. 83).

⁹“Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (PLG II, p. 90).

¹⁰Benveniste fala disso em diferentes momentos de sua reflexão. Apenas um exemplo: em “A natureza dos pronomes”, diz ele, a propósito de alguns dos indicadores de subjetividade: “[...] essas formas ‘pronominais’ não remetam à ‘realidade’ nem a posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego” (PLG I, p. 280).

¹¹“Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (PLG II, p. 84). Ou ainda: “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (PLG II, p. 87, grifos do autor).

- e) A enunciação implica sempre uma construção da referência¹².
- f) A enunciação é o ato de enunciar, diferentemente do enunciado, que é produto desse ato¹³.

Considerados esses pontos acerca da enunciação, passamos, a seguir, a relacioná-los com a distinção *dizer/mostrar* quanto à transcrição de dados, de maneira a explicitar a tese segundo a qual, *na enunciação, a transcrição acumularia simultaneamente o dizer e o mostrar*.

3. SOBRE A TRANSCRIÇÃO COMO ENUNCIÇÃO: O DIZER E O MOSTRAR

Feitas as observações acima, podemos elencar, ao menos em linhas gerais, a dimensão enunciativa da transcrição, tal como aqui está delineada. Fazemos isso, inspirados por Wittgenstein, na forma de proposições gerais nas quais se encaixam proposições complementares, numeradas hierarquicamente.

Acreditamos que, assim, podemos ser mais claros quanto aos termos de entendimento da transcrição como enunciação, no quadro da distinção entre o *dizer* e o *mostrar*.

1 Princípio geral sobre a enunciação: a enunciação é um mecanismo geral da linguagem que se realiza singularmente no uso que o locutor faz da(s) língua(s). Isso implica que:

1.1 a linguagem comporta um mecanismo geral referente à irrepetibilidade que pode ser analisado desde que se considere o uso individual que o locutor faz da(s) língua(s). A enunciação é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que o locutor enuncia há condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares;

1.2 assim, cada análise da enunciação também é única e irrepetível;

1.2.1 a irrepetibilidade da análise leva em conta o locutor e a instância de discurso;

1.3 o locutor, ao enunciar, marca-se no enunciado via categoria de pessoa, constituindo-se como sujeito;

1.4 a instância de discurso é um eixo referencial, a cada vez único, que implica as categorias de tempo e espaço;

1.5 a enunciação diz respeito à generalidade do específico: é geral, o que significa que faz parte da linguagem que todas as línguas tenham dispositivos que permitam sua utilização singular pelos locutores; é específica, o que significa que faz parte das línguas a configuração desses dispositivos e o uso que os locutores fazem deles.

2 Princípio geral sobre a transcrição: a transcrição é uma modalidade de enunciação. Isso implica que:

2.1 a transcrição, tal como a enunciação, é irrepetível. Ela é única porque a cada vez que se transcreve têm-se novas condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu). Os sistemas de notação, na medida em que são códigos

¹² “A referência é parte integrante da enunciação” (PLG II, p. 84).

¹³ “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (PLG II, p. 82).

especialmente criados para comportar a transcrição, podem ser repetidos, mas a apreensão que, através deles, é feita do uso da língua é sempre singular¹⁴;

2.2 cada transcrição carrega consigo uma análise da língua e, por conseguinte, da linguagem, com objetivos específicos.

2.3 a irrepetibilidade leva em conta o locutor e a instância de discurso;

2.4 o locutor, ao transcrever, se marca na transcrição, constituindo-se como sujeito da análise de linguagem empreendida;

2.5 a instância de discurso da transcrição – cada vez única, que implica tempo e espaço – determina uma referência para o sistema de notação utilizado¹⁵;

2.6 a transcrição diz respeito à generalidade do específico: é geral que, para transcrever, seja necessário um sistema de transcrição; é específico o uso desse sistema, em virtude da análise pretendida.

3 Princípio geral sobre o enunciado transcrito: o enunciado transcrito comporta um *mostrar* constituído por duas operações:

3.1 há, em primeiro lugar, uma *operação de ciframento*. Trata-se de uma escrita com base em algo que não é ela (uma fala, por exemplo, ou mesmo uma outra escrita);

3.1.1 o *ciframento* implicado na transcrição é constituído por um conjunto de caracteres que configuram um sistema de notação;

3.1.1.1 subjaz ao *ciframento* um conjunto de regras;

3.1.1.2 o *ciframento* não tem valor absoluto, seu valor é relativo à aplicação do conjunto de regras ao material transcrito;

3.1.2 a operação de *ciframento* é idealmente integral, no entanto, ela encobre o fato de que não há transcrição total;

3.1.2.1 o sucesso de uma transcrição depende do quanto ela consegue, através do sistema de notação empregado, manter a ilusão da integralidade do que é notado;

3.1.3 a *operação de ciframento* diz respeito a um primeiro tempo do transcrever como ato de enunciação, o do *mostrar*;

3.1.3.1 a *operação de ciframento* da transcrição *mostra* o aspecto da enunciação em análise na medida em que dá a ver, de acordo com os objetivos da análise, os elementos que leva em conta para essa análise;

3.2 há, em segundo lugar, uma *operação de deciframento*: a transcrição implica uma leitura do transcrito. Há quem transcreve, há o transcrito e há quem lê o transcrito. A transcrição é um enunciado que exige ser lido;

3.2.1 a *operação de deciframento* supõe que, na transcrição, não se leia mais do que aquilo que se pretendeu transcrever. Trata-se, então, de uma leitura do *mostrado*.

3.2.1.1 o deciframento do *mostrado* é o segundo tempo do transcrever;

3.3 As *operações de ciframento* e de *deciframento* são da ordem do *mostrado*.

4 A transcrição, além de ser da ordem do *mostrar*, é da ordem do *dizer*.

4.1 a transcrição é da ordem do *dizer* porque é uma nova enunciação com um novo enunciado, em tudo diferente daquilo que está sendo transcrito;

¹⁴ Uma consequência disso é que, em enunciação, não se pode utilizar transcrições já prontas e depositadas em banco de dados. A transcrição deve sempre ser feita pelo analista de linguagem de acordo com suas necessidades teóricas, em uma dada situação.

¹⁵ Isso implica, por exemplo, que as linhas de comentários serão tentativas de reapresentar a instância da fala transcrita e de contextualizar a própria notação utilizada.

- 4.1.1 a transcrição, por ser uma nova enunciação, se refere a uma situação espaço-temporal;
- 4.1.2 a transcrição decorre da escuta do pesquisador (locutor) em uma dada instância de discurso (espaço-tempo);
- 4.1.4 a cada nova transcrição, tem-se uma nova instância de discurso com novos eu-tu-aqui-agora;
- 4.1.5 por ser produto de uma escuta, a transcrição é da ordem do *dizer*. O locutor *diz* o que escutou em sua transcrição.

5 A transcrição é, então, simultaneamente, um *mostrar* e um *dizer*;

- 5.1 a transcrição comporta, quanto ao seu aspecto de *mostrado*, uma instância de *ciframento* e uma instância de *deciframento*;
- 5.2 a transcrição comporta, quanto ao seu aspecto de *dizer*, uma instância de *escuta*.

4. SOBRE ENUNCIÇÃO E TRANSCRIÇÃO

A partir do percurso feito até aqui, podemos retomar as perguntas apresentadas no início deste trabalho para, na tentativa de respondê-las, dar um encaminhamento sobre a relação entre transcrição e enunciação.

Perguntamos acima: o que significa *transcrever* no quadro teórico enunciativo? As teorias da enunciação devem priorizar a utilização de algum sistema específico de transcrição? Que aspectos da transcrição são próprios a essa visão teórica? Como se transcreve a enunciação?

Inicialmente, cabe dizer que o recurso à distinção wittgensteiniana entre *mostrar* e *dizer* cumpriu, aqui, apenas uma função: a de explicitar que transcrever é um processo que acumula um duplo funcionamento.

De um lado, quando se transcreve uma dada materialidade, uma fala de alguém, por exemplo, essa transcrição é apenas uma parte do que foi transcrito, aquela focalizada pelos objetivos que nortearam a transcrição. Nesse ponto, a transcrição é do campo do *mostrado* porque ela comporta uma instância de *ciframento* e uma instância de *deciframento*.

De outro lado, a transcrição é uma escrita feita por um locutor, em uma dada instância de discurso (espaço-tempo). Nesse ponto, a transcrição é do campo do *dizer* porque comporta uma instância de *escuta* do locutor. A transcrição é um *dizer* de uma dada escuta. O enunciado transcrito, portanto, acumula o *mostrar* e o *dizer*.

Isso posto, passemos à resposta à primeira indagação que fizemos. Transcrever, no quadro teórico enunciativo aqui mobilizado, implica sempre considerar a generalidade do específico que é característica da enunciação.

Assim, considerando-se que a enunciação é um ato que não pode ser visto desvinculadamente do locutor que a produz, em uma dada situação de espaço e de tempo, pensamos que a transcrição é o produto de um ato de enunciação em que o “dado” transcrito tem seu estatuto enunciativo alterado. A transcrição é, por esse viés, uma enunciação sobre outra enunciação, o que faz da transcrição algo sempre irrepetível do ponto de vista de sua enunciação.

Tomemos um exemplo hipotético, a título de ilustração: há uma fala gravada – ou seja, uma enunciação produzida por um locutor em uma dada situação espaço-temporal – e, com a transcrição, produz-se uma outra enunciação que tem a primeira como base, mas que não a reproduz integralmente, obtendo, assim, outro estatuto. Isso conduz à resposta

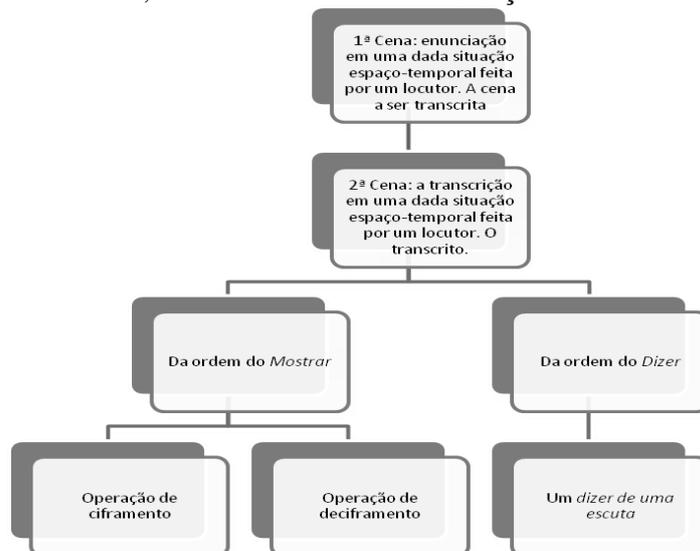
à segunda questão acima: não se trata de priorizar este ou aquele sistema de transcrição. Em enunciação, o sistema utilizado para transcrição é parte da análise, o que impõe escolhas sempre relativas aos objetivos da análise.

Finalmente, quanto à última indagação que formulamos, acreditamos que é importante destacar que, em linhas gerais, na nossa formulação teórica, a transcrição é composta de dois tempos na enunciação, envolvendo a passagem do *mostrar* ao *dizer*:

- a) sendo a transcrição de uma dada cena enunciativa da ordem do *mostrar*,
- b) sendo a transcrição como uma enunciação segunda da ordem do *dizer*.

Em resumo, o enunciado transcrito acumula uma dupla função: a de rerepresentar uma enunciação e a de ser o produto de uma enunciação.

No esquema abaixo, visualizam-se todas as relações acima descritas:



Esquema 1: A transcrição da enunciação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se deve ter percebido, até aqui estivemos restritos, em termos de exemplificação, aos dados de natureza falada. Isso não deve impedir, porém, de se perceber que vemos a transcrição, da perspectiva enunciativa, como um *grande processo* que não está restrito à passagem da fala para a escrita. Como dissemos anteriormente, transcrever é todo o processo que implica mudança de uma materialidade significativa para outra materialidade significativa para fins de análise. Foi assim que definimos a transcrição no começo deste trabalho. Essa “mudança” – e é importante resguardar isso – pode acontecer de muitas formas.

Dito de outro modo, então, é possível considerar que a transcrição é uma enunciação que implica um rearranjo de outra enunciação para fins analíticos. Isto é, sempre que reorganizamos as partes de um conjunto fazemos uma transcrição.

Daremos um exemplo ilustrativo desse alargamento da ideia de transcrição, relatando a experiência vivida por um dos autores deste trabalho.

Em uma dissertação de mestrado que estudava aspectos da escrita de crianças em estruturação psicótica, a apresentação dos dados chamou a atenção quanto ao estatuto da transcrição – não teorizado pelo autor da dissertação. A dissertação apresentava, em uma única página, o arranjo de um conjunto de materiais escritos pela criança-sujeito da

pesquisa durante várias sessões de atendimento clínico, ocorridas durante um longo período.

Assim, estavam dispostos na página pequenos enunciados, palavras, desenhos, produções gráficas de diferentes tipos feitas pela criança etc. Na verdade, o autor da dissertação – no caso, o psicanalista da criança-sujeito da pesquisa –, após criterioso estudo de grande quantidade dessas produções gráficas, selecionou aquelas que julgou serem mais representativas de seu objeto de estudo e as apresentou, em conjunto, em uma página da dissertação. A partir dessa seleção apresentada, procedeu à análise e à reflexão pretendida em função dos objetivos que tinha.

É importante ratificar que as produções escritas dessa criança e estudadas na dissertação eram referentes a um longo período de atendimento clínico – cerca de seis meses de atendimento. Ora, a apresentação dessas produções em uma página, ou seja, em uma organização espacial diferente da original, configura, em nossa opinião, uma transcrição, uma vez que, apesar de escritas em um período de seis meses (uma diacronia), foram rearranjadas (transcritas) pelo pesquisador em uma simultaneidade (uma sincronia).

Entendemos que o autor dessa dissertação, da perspectiva aqui desenvolvida, transcreveu as produções escritas da criança. Eis, então, um exemplo de transcrição que não se limita à passagem de uma fala para uma escrita, motivo pelo qual dissemos, no início deste texto, que é possível transcrever diferentes materialidades entre si que não sejam necessariamente fala e escrita.

Além disso, cabe observar que, nesse caso tomado como exemplo, tem-se claramente a sobreposição, a simultaneidade, do *mostrar* e do *dizer*.

Em termos de conclusão, portanto, gostaríamos de considerar que, embora tenhamos partido de uma reflexão estritamente linguística sobre a transcrição, cremos que é possível pensar em um conceito amplo de transcrição que seja operacional em vários campos em que a linguagem é chamada a ser analisada. Este trabalho é o esboço dessa proposta.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.
BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.
DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1998.
FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
MEYER, Michel. *Lógica, linguagem e argumentação*. Lisboa: Editorial Teorema, 1982.
PAIVA, Maria da Conceição. Transcrição de dados linguísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 1993. p. 135-146.
WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Recebido: 19/9/2020

Aceito: 25/2/2022

Publicado: 4/3/2022